

# NOTAS SOBRE A INFRAESTRUTURA SOCIAL E ECONÔMICA DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Luiz Honorato da Silva Júnior<sup>\*</sup>  
Eryka Fernanda Miranda Sobral<sup>\*\*</sup>  
Olga Mariana Salgado Santana<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é discutir e refletir acerca da infraestrutura social e econômica do Agreste Pernambucano. A estratégia para efetuar tal tarefa foi o de apresentar o atual cenário do Agreste, comparando-o com as demais mesorregiões do Estado e com outras dos demais estados federados do Brasil que se destaquem por seus bons ou maus resultados entre as demais 137 mesorregiões brasileiras. A infraestrutura social e econômica será estudada à luz de algumas das mais significativas variáveis sociais: saúde, educação, habitação, recursos hídricos, saneamento, segurança pública e nível de pobreza. Verifica-se que o Agreste Pernambucano apresenta uma infraestrutura social e econômica típica das demais mesorregiões nordestinas. Em geral, seus indicadores não estão entre os melhores do Brasil, entretanto, não se situa entre os piores. Comparativamente, as demais mesorregiões nordestinas apresentam indicadores relativamente bons. Tais constatações são importantes para se ter uma boa percepção do que o Agreste Pernambucano representa em termos de sua infraestrutura social e econômica e o quanto se precisa avançar para se poder oferecer maior cidadania e bem estar aos seus cidadãos.

**Palavras-chave:** Infraestrutura socioeconômica. Agreste Pernambucano. Mesorregiões. Nordeste.

**Classificação JEL:** I00

---

\* Doutor em Economia pelo PIMES/UFPE. Professor Adjunto da UFPE. E-mail: lula\_honorato@hotmail.com.

\*\* Mestranda em Economia pela UFPE/ Centro Acadêmico do Agreste. E-mail : fmsobral@hotmail.com

\*\*\* Economista pela UFPE/ Centro Acadêmico do Agreste. E-mail : olga.mariana1@gmail.com

**Abstract:** The goal of this paper is to discuss and reflect on the social and economic infrastructure in Agreste Pernambucano region. The strategy to accomplish this task was to present the current state of the Agreste, comparing it with the other mesoregions of the state of Pernambuco and Brazil. The social and economic infrastructure will be studied in light of some of the most significant social variables: health, education, housing, water, sanitation, public safety, and poverty level. The mesoregion Agreste presents a social and economic infrastructure typical of other mesoregions in Northeast Region of Brazil. In general, these indicators are not among the best in Brazil, however, aren't among the worst. These findings are important to have a good understanding that Agreste represents in terms of its social and economic infrastructure and how many needs to proceed in order to provide greater citizenship and welfare to its citizens.

**Keywords:** Infrastructure socio-economic. Agreste of Pernambuco Region. Mesoregions in Brazil. Northeast of Brazil.

**JEL Code:** I00

## I INTRODUÇÃO

A infraestrutura social e econômica de um país, cidade ou região representa de maneira mais expressiva o seu nível de desenvolvimento. Regiões mais desenvolvidas tendem a apresentar melhores indicadores em saúde e educação, e dispõem de melhor oferta de serviços básicos. Via de regra, o nível de desenvolvimento está muito relacionado com a sua riqueza, entretanto o conceito de desenvolvimento é mais completo, uma vez que representa não somente a sua acumulação, mas também o nível geral de bem estar de seu povo.

Tais características se correlacionam fortemente com o conceito de qualidade de vida. Afinal, quando um indivíduo decide a cidade, o bairro e o seu domicílio, ele procura neste lugar a prestação de serviços e indicadores de bem estar que lhe

garantam uma melhor qualidade de vida, fazendo-o crer que naquele lugar escolhido terá maiores possibilidades de ser feliz.

Além do mais, conhecer a infraestrutura social e econômica de uma região é importante para tomada de decisões, afinal é conhecendo as condições de vida de uma população que se pode formular políticas pública que visem a sua melhoria. Este trabalho tem a modesta pretensão de contribuir com o conhecimento dessas relações referentes ao Agreste de Pernambucano.

O objetivo deste trabalho é apresentar e refletir sobre a infraestrutura social do Agreste Pernambucano. A estratégia para efetuar tal tarefa foi a de apresentar o *status* do Agreste, comparando-o com as demais mesorregiões do estado e com outras dos demais estados federados do Brasil, que se destaquem por seus bons ou maus resultados entre as 137 mesorregiões brasileiras. A infraestrutura social será estudada à luz de algumas das mais significativas variáveis sociais: saúde, educação, habitação, recursos hídricos, saneamento, segurança pública e nível de pobreza.

Além desta breve introdução, este trabalho possui outras sete seções, onde se busca em cada uma delas apresentar e discutir aspectos relacionados à infraestrutura social e econômica do Agreste Pernambucano. Assim, as seções apresentam e discutem aspectos ligados a saúde; educação; serviços básicos como habitação, recursos hídricos e saneamento; segurança pública e trânsito; pobreza e bolsa família; e, cultura, lazer e entretenimento. Ao final do trabalho são feitas algumas considerações finais.

## II SAÚDE

O Agreste tem se beneficiado, assim como o restante do país e do mundo, dos benefícios do progresso da ciência e, como consequência disso, as condições de saúde melhoram com o

passar do tempo. O Agreste tem apresentado bons indicadores em saúde, superando inclusive, algumas vezes, a Região Metropolitana do Recife. Tais avanços podem se revelar em uma maior expectativa de vida, na oferta de serviços médicos e ainda, na redução da mortalidade infantil.

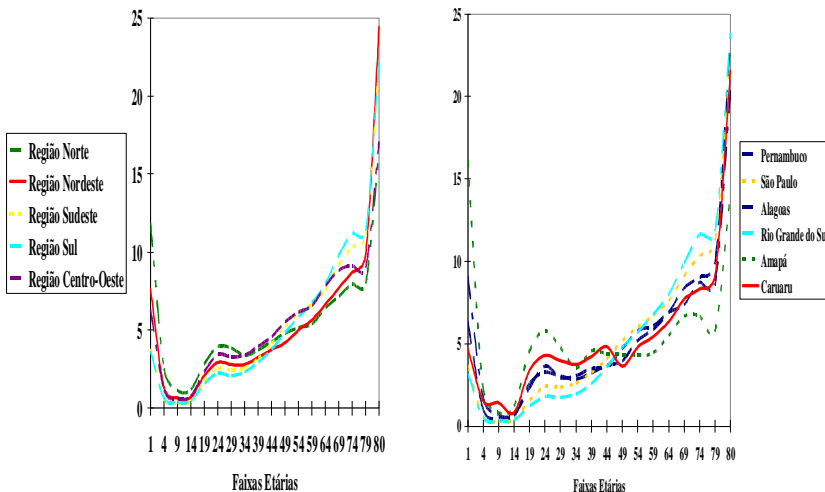
A Figura 1 apresenta a curva *jota* de mortalidade para as cinco regiões brasileiras, para cinco estados brasileiros selecionados e para a cidade de Caruaru, a principal cidade agrestina, e que foi escolhida para representar o Agreste, uma vez que não está disponível tal informação agregada para a referida mesorregião. A curva *jota* é uma maneira bastante didática de apresentar as probabilidades de mortalidade por faixas etárias em um grupo populacional. Em geral, as sociedades que apresentam melhor padrão de desenvolvimento, apresentam uma distribuição semelhante a esta letra (SAMPAIO, 1975).

A distorção verificada na curva de mortalidade por faixa etária apresentada pelas regiões e estados selecionados diverge significativamente da forma *jota* das sociedades mais desenvolvidas. É fácil ver que o crescimento monotônico que ocorre a partir dos 14 anos é quebrado na faixa dos 24 anos de idade, depois de um aumento na aceleração da taxa de mortalidade nas faixas imediatamente anteriores. A provável causa desta distorção deve estar relacionada aos elevados níveis de violência que os jovens desta faixa etária estão mais suscetíveis.

Os dados revelam que Caruaru possui taxas de mortalidade de crianças com menos de um ano de idade inferior aos apresentados pelas regiões Norte e Nordeste e pelos estados do Amapá, Alagoas e Pernambuco. No outro extremo da figura, verifica-se que a taxa de mortalidade acima dos 80 anos, nesta mesma cidade é equivalente aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim, o padrão apresentado pela “capital” do

Agreste é semelhante ao das regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Figura 1 - Curva *jota* de mortalidade das cinco regiões brasileiras, de estados selecionados e da cidade de Caruaru



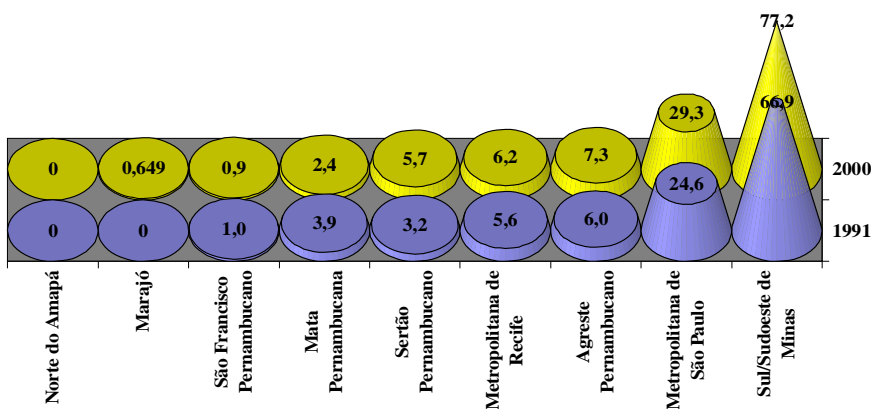
Fonte: DATASUS. Elaboração própria.

Boas condições de saúde de uma região devem ser também analisadas em função da oferta dos serviços de saúde disponíveis. Na provisão desse serviço, um dos mais importantes aspectos é a disponibilidade de médicos. Este profissional está no topo do grau de importância na provisão dessa oferta e o seu quantitativo tem uma forte relação com o a qualidade dos serviços oferecidos, afinal regiões deprimidas economicamente tendem a dispor de um menor quantitativo desse profissional.

A Figura 2 apresenta a razão entre o total de médicos residentes (incluindo os acadêmicos) por mil habitantes nos municípios, entre algumas mesorregiões brasileiras selecionadas, para os anos de 1991 e 2000.

Observe que as mesorregiões pernambucanas possuem indicadores muito bons quando comparadas aos rincões do Norte do Brasil e indicadores pífios em relação ao Sudeste. O Agreste Pernambucano apresenta o melhor indicador entre as cinco mesorregiões pernambucanas, inclusive maior que a Região Metropolitana do Recife que abriga um dos mais importantes polos médicos do Brasil. A figura revela ainda, a imensa desigualdade da distribuição de médicos pelo território brasileiro.

Figura 2 - Razão entre o total de médicos residentes por mil habitantes no município, segundo algumas mesorregiões brasileiras selecionadas (1991 e 2000)

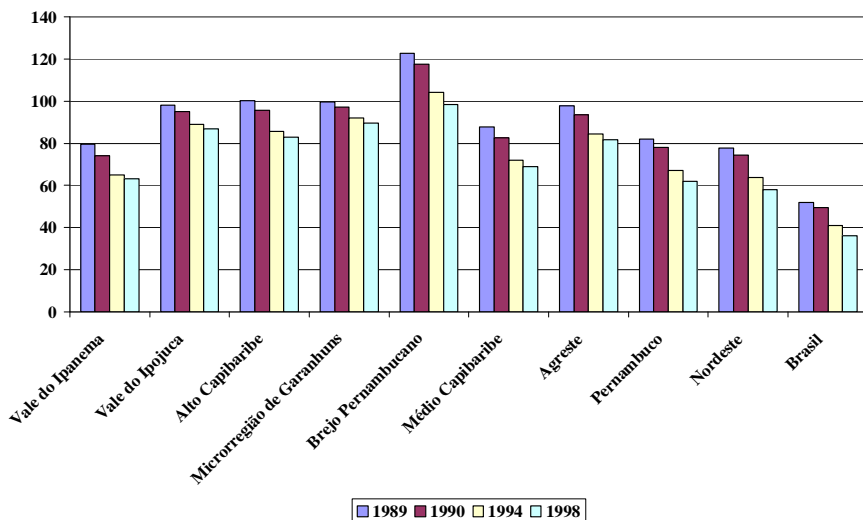


Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

A mortalidade infantil além de ser um problema de saúde pública revela também a dimensão e a severidade da miséria em uma região. Elevados níveis de mortalidade infantil estão sempre relacionados à extrema pobreza, baixos níveis educacionais e precárias condições de higiene. A Figura 3 apresenta a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos

das seis microrregiões que compõem o Agreste Pernambucano<sup>13</sup>, do total da mesorregião, de Pernambuco e do Brasil.

Figura 3 - Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) segundo microrregiões, Agreste, Pernambuco e Brasil (1989, 1990, 1994 e 1998)



Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde.

Com relação à mortalidade infantil, o Agreste apresenta indicadores superiores aos das demais regiões de comparação. Internamente, verifica-se que o Brejo Pernambucano que comporta cidades como Bonito, Camocim de São Félix e Lagoa dos Gatos, é a microrregião que apresenta os mais elevados indicadores, e, por outro lado, a microrregião do Vale do

<sup>13</sup> A mesorregião do Agreste Pernambucano compreende as microrregiões de Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns e Brejo Pernambucano.

Ipanema que congrega cidades como Belo Jardim, Caruaru, Gravatá e Pesqueira, apresenta os melhores. É importante observar que os dados disponíveis são antigos e estão em curso várias políticas públicas que devem mitigar tais indicadores.

Do ponto de vista dos indicadores de saúde, a mesorregião do Agreste Pernambucano não parece comparativamente às demais regiões, estar em situação muito ruim. Possui, por exemplo, maior razão entre o total de médicos residentes por mil habitantes entre as mesorregiões pernambucanas. A possibilidade de se conseguir ter as condições de mercado apropriadas para que se consiga atrair e manter esses profissionais é fundamental para a melhoria dos serviços. Junte-se a este bom resultado o fato de estar em implementação o curso de medicina no Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e, tal fato, poderá trazer melhorias nas condições de saúde.

### **III EDUCAÇÃO**

Com relação à educação, o Agreste parece apresentar as mesmas dificuldades verificadas em outras mesorregiões brasileiras. Comparando com as demais mesorregiões pernambucanas, o Agreste apresenta os piores resultados de desempenho entre todas: maior taxa de analfabetismo, menor taxa de escolarização e a maior taxa de evasão escolar em Pernambuco.

É conhecida a estrita relação existente entre a baixa escolarização, a pobreza e o subdesenvolvimento; da mesma forma que, são conhecidos os benefícios de uma sociedade mais educada. A educação traz inúmeros benefícios sociais: um indivíduo melhor educado tem maior produtividade, maior noção de cidadania, além de possuir maior *portfólio* para decidir sobre nutrição, saúde e planejamento familiar.



Vários estudos têm apontado para a importância da melhoria da qualidade da educação brasileira e a elevação de seus níveis, como etapa para resolução dos diversos problemas socioeconômicos que o Brasil enfrenta, inclusive, no que tange à atenuação da pobreza e das desigualdades sociais. Contudo, o sistema educacional brasileiro, e o Agreste não foge a esta constatação, parece se encontrar imergido no seio desses mesmos problemas. Assim, a educação deixa de ser uma panaceia para ser objeto de preocupação e estudos (SILVA JÚNIOR e SAMPAIO, 2010).

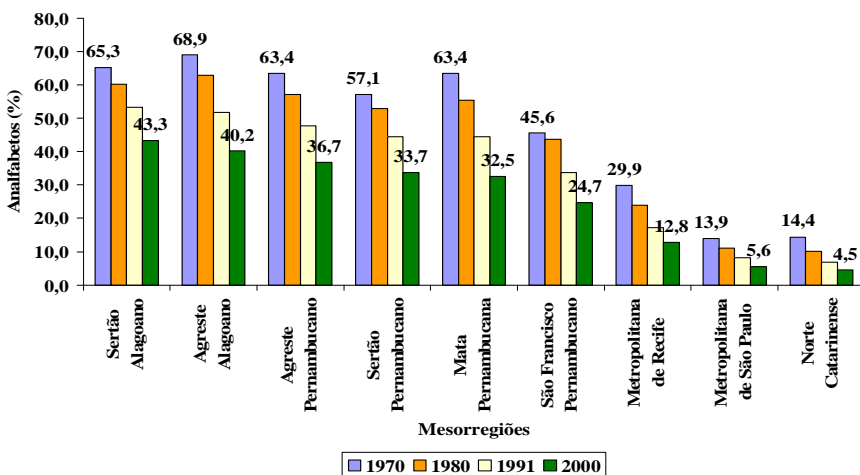
Entre as 137 mesorregiões brasileiras o Agreste se apresenta como a 12<sup>a</sup> no ranking de analfabetismo. Apesar da significativa melhora observada entre os resultados dos Censos de 1970 e 2000, onde se observa uma diminuição em 26 pontos percentuais no grau de analfabetismo, a mesorregião do Agreste ainda apresenta uma taxa elevada desse indicador.

A Figura 4 apresenta a taxa de analfabetismo entre algumas mesorregiões brasileiras selecionadas no período entre os anos de 1970 e 2000. a referida figura revela diferenças contundentes entre algumas mesorregiões. De um lado, verifica-se a mesorregião do Norte Catarinense, que apresenta a menor taxa de analfabetismo entre as 137 mesorregiões com apenas 4,5% da população, por outro, o Sertão e o Agreste Alagoano com taxas superiores a 40%. O Agreste Pernambucano comparado aos dados da UNDP (2009) verifica-se que suas taxas são equivalentes àquelas verificadas em países africanos como Uganda e Ruanda<sup>14</sup> -. Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização de censos ou inquéritos realizados entre 1995 e 2005.

---

<sup>14</sup> Lembra-se que devido a diferenças na metodologia e atualidade dos dados subjacentes, as comparações entre países e ao longo do tempo deve ser feita com cautela

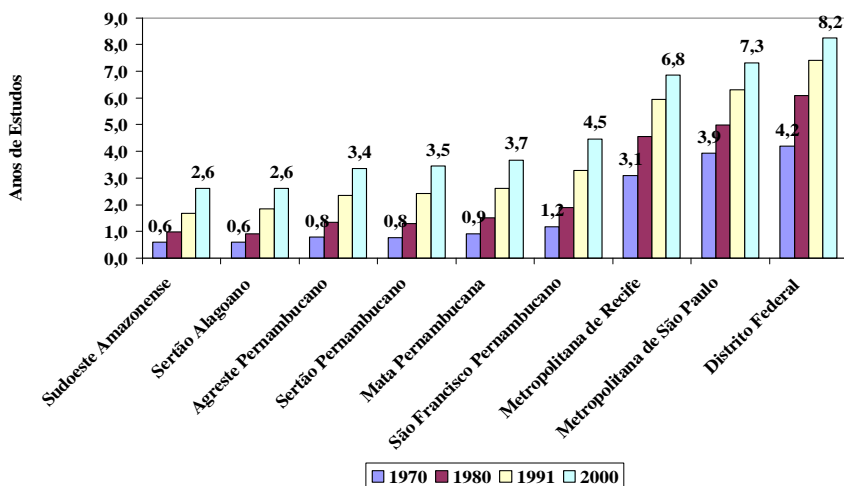
Figura 4 - Taxa de analfabetismo entre mesorregiões brasileiras selecionadas (1970-2000)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

Os dados revelam ainda mais a fragilidade dos resultados educacionais no Agreste Pernambucano. A Figura 5 apresenta a razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária. Novamente o Agreste apresenta o pior resultado entre as cinco mesorregiões pernambucanas e se localiza na 25ª colocação no *ranking* entre as piores mesorregiões brasileiras. No ano 2000, os indivíduos que residiam no Agreste tinham, em média, 3,4 anos de educação formal, contra 3,5 do Sertão e 4,5 do São Francisco Pernambucano. O cidadão agrestino tem, em média, metade da escolaridade de um indivíduo que reside na Região Metropolitana de Recife.

Figura 5 - Anos de estudo médios completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos (1970-2000)

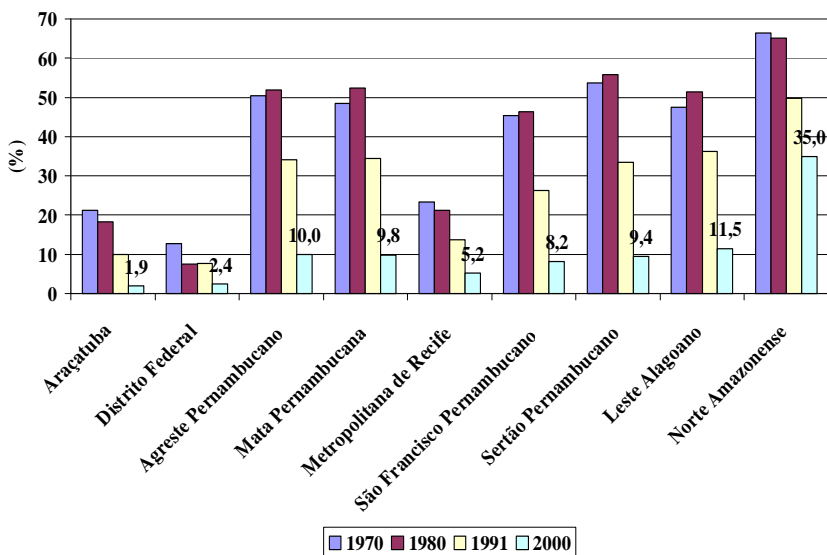


Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

É importante ressaltar que uma baixa média de escolarização somente se reverte se as pessoas, em idade escolar, estiverem frequentando a escola. É evidente que sem frequentar a escola uma população não melhora os seus indicadores educacionais.

A Figura 6 apresenta o percentual de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não frequentam a escola para as cinco mesorregiões pernambucanas e, novamente, para outras mesorregiões brasileiras selecionadas para fins de comparação. No ano 2000, o Agreste possuía a maior taxa entre as cinco mesorregiões pernambucanas e valor comparável ao da mesorregião do Leste Alagoano, que ocupava a segunda maior taxa do Brasil. Comparativamente às regiões dinâmicas do Brasil, o Agreste apresenta resultados pífios.

Figura 6 - Percentual de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não frequentam a escola (1970-2000)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

A partir da percepção desses indicadores, observa-se que o Agreste Pernambucano, assim como as demais mesorregiões do Estado está em um perigoso ciclo vicioso de baixa escolaridade e elevada evasão escolar. Caso tais tendências não sejam revertidas, a região certamente comprometerá seu desenvolvimento, ou talvez seja melhor dizer, continuará a comprometer o seu desenvolvimento.

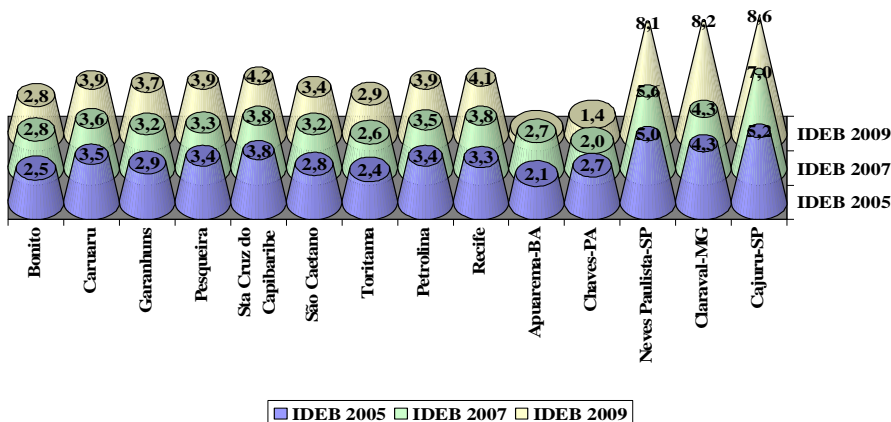
Observe que entre os sete e os quatorze anos de idade os indivíduos estão na fase escolar de aprendizagem de habilidades e competências básicas, essenciais para a formação de melhores cidadãos e de trabalhadores mais produtivos. Uma boa formação neste estágio da aprendizagem pode garantir a formação de um trabalhador mais versátil, livrando-o do risco do analfabetismo funcional, por exemplo.

Por fim, analisa-se um indicador da qualidade do ensino público no município, afinal informações sobre tempo médio de escolarização e evasão escolar em nada informam sobre a qualidade do ensino ofertado. Para avaliar a qualidade do serviço educacional, verifica-se a nota do IDEB nas últimas três avaliações.

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB. O referido indicador que mede a qualidade da educação é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (MEC, 2008).

A Figura 7 revela a nota do IDEB para sete municípios do Agreste e compara suas notas com Petrolina e Recife, além de comparar com outros municípios brasileiros que apresentam as melhores ou as piores notas nacionais. A partir da figura, verifica-se que os municípios do Agreste mantêm a mesma estrutura comparativa observada em outros indicadores, ou seja, não possuem os piores resultados, contudo não estão no topo desse indicador. Comparado às pequenas cidades da região Sudeste o desempenho das principais cidades agrestinas é ruim, mas se comparado ao desempenho de outras cidades norte nordestinas não está tão mal.

## 7 - Nota do IDEB segundo municípios selecionados (2005, 2007 e 2009)



Fonte: INEP-MEC.

Por fim, verifica-se que muito se tem por fazer para melhorar a educação no Agreste Pernambucano. A mesorregião apresenta elevados níveis de analfabetismo e evasão escolar, além de baixa escolaridade e qualidade educacional pública. Sabe-se que uma região não pode pensar em desenvolvimento, se não melhorar a qualidade de seus serviços educacionais e elevar o seu capital humano. Mesmo que uma região tenha uma enorme potencialidade de crescimento, a baixa escolaridade e qualidade educacional podem limitar o seu desenvolvimento.

### IV SERVIÇOS BÁSICOS: HABITAÇÃO, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

Além de saúde e educação outra maneira de se verificar o nível de desenvolvimento de uma região é a partir da disponibilidade de alguns serviços essenciais. Observa-se ainda

que tais características afetam as condições de saúde e estão relacionadas com o nível educacional.

A Tabela 1 apresenta o percentual de domicílios que recebem água canalizada pela rede geral por mesorregiões brasileiras selecionadas. Pode-se observar que mais da metade da população agrestina recebia esse serviço no ano 2000. Entretanto, quando comparado às outras mesorregiões do Estado, somente o Sertão Pernambucano, com sérios problemas de abastecimento, detinha um percentual inferior. Por outro lado, entre as treze mesorregiões analisadas, o Agreste apresentou a terceira maior taxa de crescimento o que mostra que seus indicadores históricos vêm se revertendo.

Tabela 1 – Percentual de domicílios com água canalizada pela rede geral para mesorregiões brasileiras selecionadas (1970-2000)

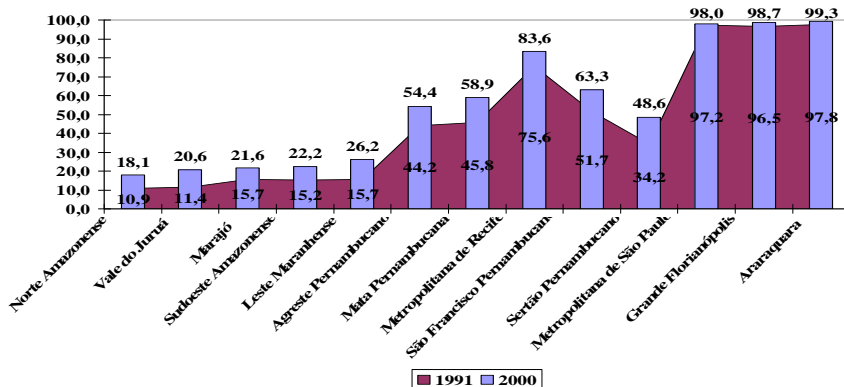
Mesorregiões	Anos				Variação Percentual (2000/1970)
	1970	1980	1991	2000	
Sudoeste Paraense	6,7	21,6	7,2	12,6	188
Vale do Juruá	0,9	4,2	8,1	19,4	2.096
<b>Agreste Pernambucano</b>	<b>9,2</b>	<b>21,1</b>	<b>42,2</b>	<b>56,9</b>	<b>619</b>
Mata Pernambucana	10,8	25,3	42,4	63,4	586
Metropolitana de Recife	39,5	48,3	72,2	83,4	211
São Francisco Pernambucano	17,1	27,8	51,1	73,3	428
Sertão Pernambucano	4,9	14,8	34,2	50,8	1.030
Metropolitana de Curitiba	35,7	62,4	81,0	89,6	251
Campinas	69,1	73,8	86,0	90,8	131
Metropolitana de Belo Horizonte	43,0	59,2	81,7	92,0	214
Ribeirão Preto	64,9	76,8	87,9	93,0	143
Piracicaba	70,9	80,5	88,2	93,1	131
Metropolitana de São Paulo	61,2	81,8	91,6	95,0	155

Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

Disponer de água canalizada deixou de ser luxo há muitos anos. Atualmente, dispor desse serviço é uma questão de dignidade, cidadania e reflete o nível de desenvolvimento de um povo. A cena romântica e ao mesmo tempo deprimente apresentada pelo cinema brasileiro da década de quarenta, de pessoas portando latas d'água na cabeça, subindo morros, em nada combina com a vida contemporânea e com as necessidades humanas atuais.

Os dados observados na Tabela 1 são corroborados com a informação acerca do percentual da população que vive em domicílios com água canalizada para um ou mais cômodos. A Figura 8 apresenta esses percentuais para destacadas mesorregiões.

Figura 8- Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada, segundo áreas selecionadas (1970 – 2000)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

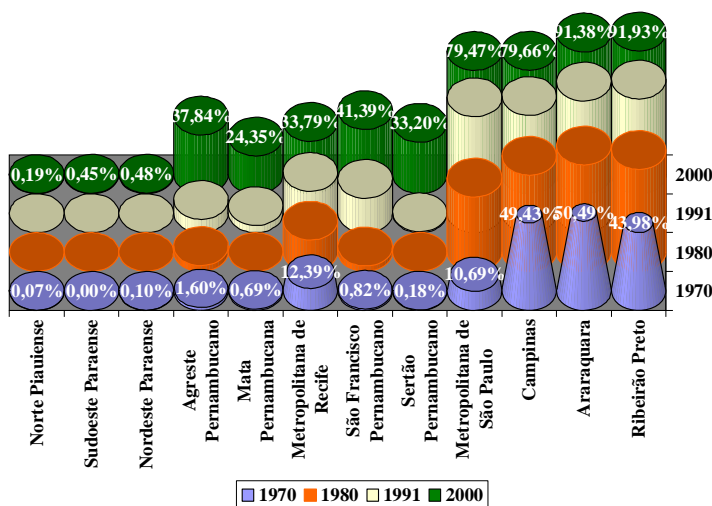
As principais mesorregiões do Sudeste praticamente universalizaram o serviço de água canalizada (proveniente de rede geral, poço, nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa), enquanto que as mesorregiões pernambucanas ainda apresentavam enorme *déficit*. A situação somente não é pior quando se compara com mesorregiões



amazonenses. Observa-se que oferta do serviço não é tão fortemente relacionada à disponibilidade desse recurso, e sim, à disponibilidade de seu tratamento e distribuição.

Outra importante medida de infraestrutura social é a disponibilidade de instalações adequadas de esgoto. A Figura 9 apresenta o percentual de domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral para anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Figura 9 - Percentual de domicílios com instalações sanitárias ligadas a rede geral, segundo áreas selecionadas (1970 – 2000)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

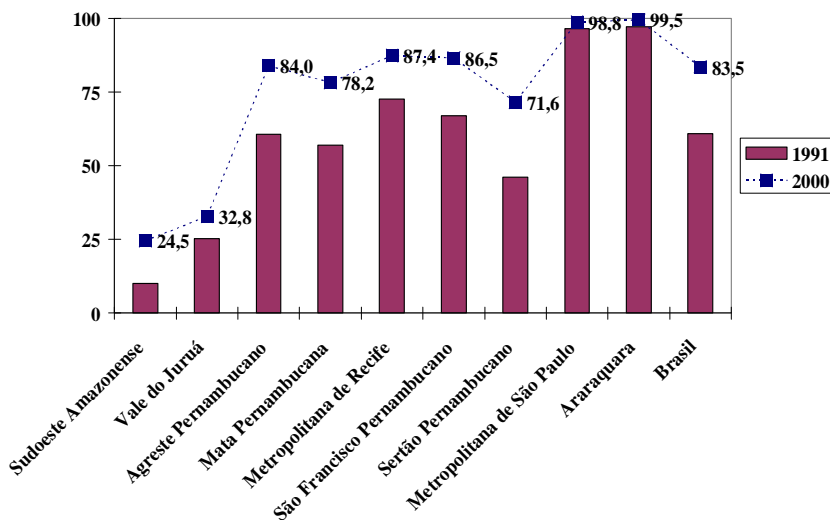
Novamente, os piores indicadores se encontram nas regiões amazônicas ou próximas a elas e os melhores indicadores são das mesorregiões paulistas. Nesse quesito, o Agreste Pernambucano apresentava, no ano 2000, o segundo melhor percentual entre as mesorregiões pernambucanas. Contudo, os indicadores são absurdamente baixos: apenas 38% da população agrestina dispunha de instalações sanitárias ligadas à rede geral. Evidentemente que tal precariedade se reflete em contaminação e piora das condições de saúde e ambiental na

região. Comparar o Agreste às mesorregiões de Ribeirão Preto e Araraquara permite uma maior clareza de sua precariedade.

A coleta de lixo regular é outra importante característica a ser analisada. A Figura 10 mostra o percentual de pessoas que vivem em domicílios em que a coleta de lixo é realizada, são considerados apenas os domicílios localizados em área urbana.

Novamente são trazidas para comparação outras mesorregiões brasileiras e pernambucanas, além dos indicadores nacionais. Até o ano 2000 a coleta de lixo ainda era um sério problema para as mesorregiões pernambucanas. Evidentemente que se comparado, novamente, às mesorregiões amazônicas o percentual de pessoas atendidas por este serviço não é tão baixo no Agreste Pernambucano. Por outro lado, verifica-se que em muitas localidades do Brasil, especialmente no estado de São Paulo, este serviço já fora universalizado.

Figura 10 -: Percentual de pessoas que são atendidas pela coleta de lixo, segundo áreas selecionadas (1970 – 2000)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

Conforme se observa, a prestação de serviços relacionados a habitação, recursos hídricos e saneamento no Agreste Pernambucano segue um padrão vigente no restante de Pernambuco que quando comparado às principais regiões do Brasil, mostra-se aquém. Contudo, apresenta indicadores melhores que outras regiões menos desenvolvidas. Melhorar esses serviços significa aumentar o conforto e a cidadania, além de tornar o ambiente econômico mais propício para o desenvolvimento.

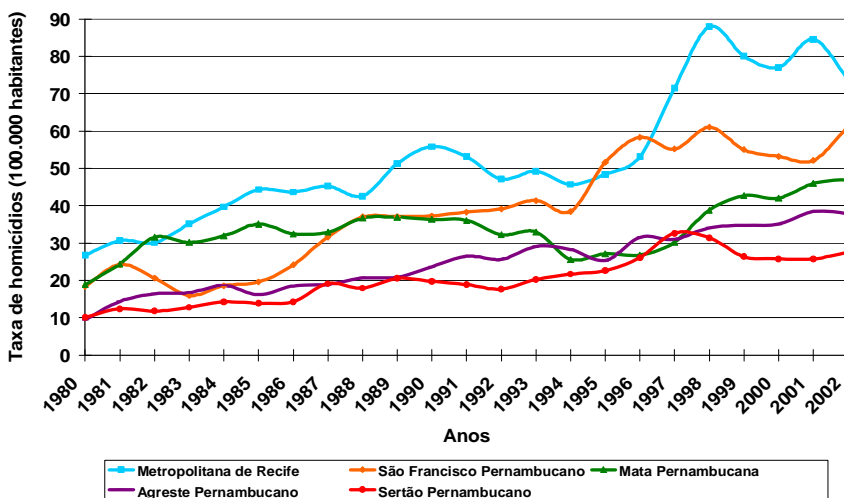
## **V SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO**

A segurança pública garante ordem institucional e proteção ao patrimônio e à vida. Um bom sistema de segurança pública passa por importantes investimentos públicos, em equipamentos e recursos humanos. Uma boa política de segurança pública se revela em estatísticas e, novamente, bons indicadores em segurança pública estão relacionados com desenvolvimento.

A Figura 12 apresenta a taxa anual de homicídios (para grupos de 100 mil habitantes) das cinco mesorregiões pernambucanas entre os períodos de 1980 e 2002. Em 1980 o Agreste Pernambucano apresentava uma taxa aproximada de dez homicídios anuais por grupo de 100 mil habitantes. Neste período, o Agreste tem a menor taxa do estado.

As taxas de homicídios cresceram em todas as mesorregiões do estado. Contudo, foi no Agreste Pernambucano que essa taxa mais cresceu nesses 23 anos: o valor foi quadruplicado, enquanto que na Mata Pernambucana e na Região Metropolitana esse valor cresceu 2,5 e 2,7 vezes, respectivamente.

Figura 12 - Taxa de homicídios das cinco mesorregiões pernambucanas (1980-2002)



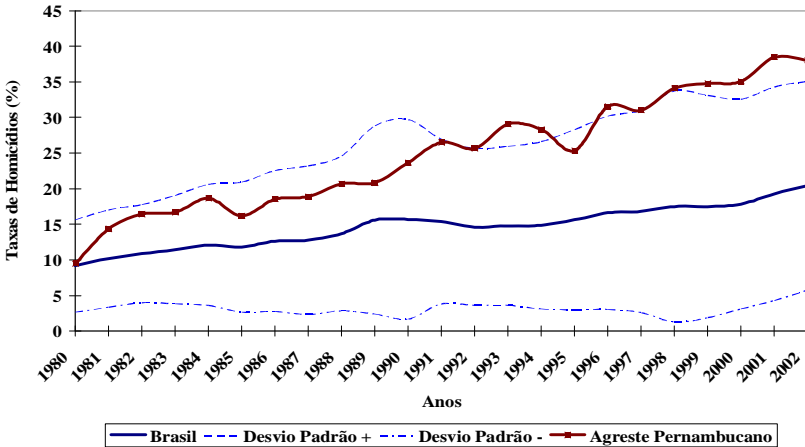
Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

Outra maneira de ver esse crescimento da violência no Agreste Pernambucano é comparar as suas taxas de homicídio com aquelas verificadas no Brasil, conforme se verifica na Figura 13. Observe que no ano de 1980, período em que se iniciou a série, a taxa de homicídios no Agreste era praticamente igual à nacional. À medida que os anos passam, as taxas observadas no Agreste crescem junto com aquelas observadas no Brasil, contudo mais rapidamente.

A figura mostra ainda as faixas de desvio padrão superior e inferior à média nacional. Observe que na trajetória de crescimento, a taxa de homicídio do Agreste supera, no ano de 1993, o desvio padrão superior da média nacional, para que, em seguida, venha a se manter perpetuar até o final da série. Observe ainda que, no final do período, a tendência de crescimento parece cessar no Agreste Pernambucano, ao

contrário da tendência nacional, o que pode gerar expectativas de dias melhores para a população agrestina.

Figura 13: Taxa de homicídios do Agreste Pernambucano e do Brasil (1980-2002)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

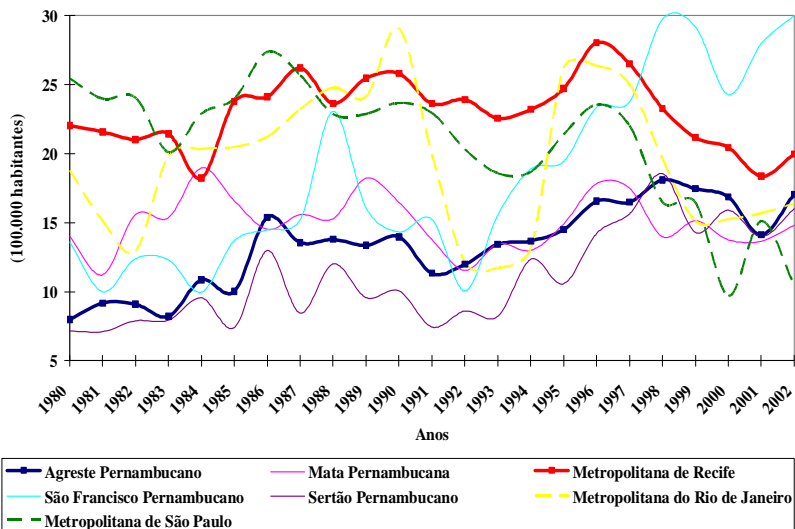
É importante observar que existem diversas formas de violência, sendo o trânsito uma delas. O trânsito mata milhares de pessoas no Brasil todos os anos. Elevadas taxas de acidentes podem revelar a precária conservação das vias de tráfego, a má conservação da frota veicular, mas revela, também, agressividade e imperícia dos condutores, o pouco respeito pela vida e a percepção de impunidade dos infratores.

A Figura 14 apresenta a taxa de vítimas de acidentes de trânsito por grupo de 100 mil habitantes para as cinco mesorregiões pernambucanas e para as regiões metropolitanas das duas maiores cidades do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. Quando se pensa em comparar essas taxas entre mesorregiões pernambucanas com as das grandes metrópoles nacionais, imagina-se grandes disparidades em função das externalidades de aglomeração geradas nas grandes cidades. Espera-se que o

número de acidentes no trânsito esteja fortemente relacionado com a frota de veículos e com a população da região. Entretanto, a figura mostra uma enorme irregularidade com relação a essas expectativas. Ainda mais, mostra que as grandes cidades vêm diminuindo essas taxas ao longo do período analisado, enquanto que nas mesorregiões pernambucanas vem aumentando.

As regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife reduziram-na em 59%, 23% e 10%, respectivamente, enquanto que no Agreste Pernambucano, ao final do período, a taxa foi elevada em 113%, fazendo em 2002, catorze vítimas por grupo de 100 mil.

Figura 14 - Taxa de vítimas de acidentes de trânsito por grupo de 100 mil habitantes, segundo áreas selecionadas (1980-2002)



Fonte: IPEADATA. Elaborado pelos autores.

Importante para o bem estar dos indivíduos e para a atração e manutenção de investimentos em uma região, a segurança pública e a violência no trânsito também revelam o nível de desenvolvimento de uma região. O crescimento desses

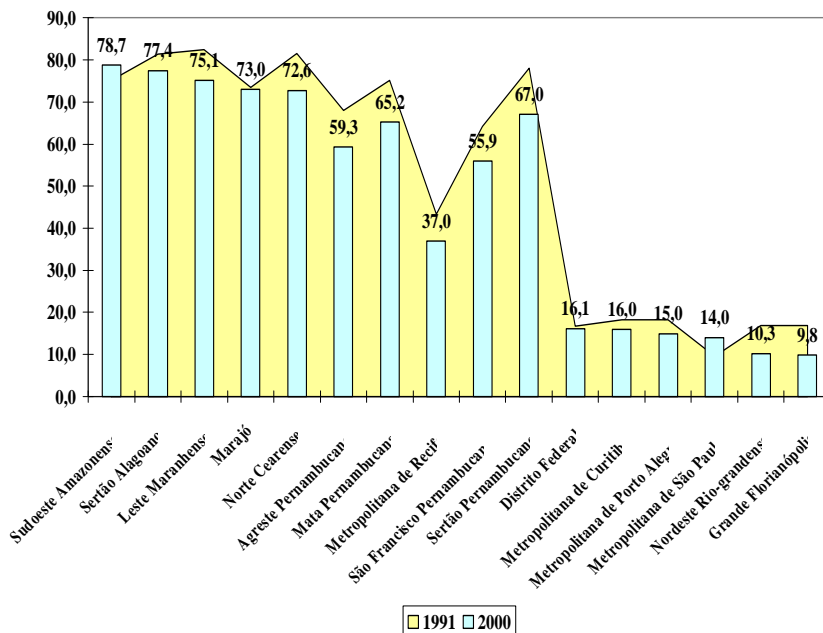
dois indicadores no Agreste Pernambucano parece trazer evidências de crescimento demográfico e econômico sem um adequado planejamento urbano. Urge a necessidade de se pensar em políticas que minorem as externalidades negativas do crescimento.

## **VI POBREZA E BOLSA FAMÍLIA**

Uma das maneiras mais claras de se entender a infraestrutura social de uma região é conhecendo o número de pobres nela contida. Contudo, definir pobreza não é uma tarefa trivial. A dificuldade empírica de traduzir um marco teórico que permita explicá-la compreensível e satisfatoriamente nas suas múltiplas manifestações permite que haja uma grande variação nas estimativas de incidência de pobreza, entre diversos estudos relativos a uma mesma área geográfica ou segmento social, dependendo das diferentes percepções e conceituações do fenômeno. O conceito clássico é aquele que define a pobreza como um estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazerem suas necessidades básicas como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação (SILVA JÚNIOR, 2006).

A mensuração de pobreza pode ser realizada considerando apenas as medidas obtidas a partir da renda das pessoas. Para tanto, a Figura 15 apresenta a proporção de pobres em mesorregiões brasileiras selecionadas para os anos de 1991 e 2000. Assume-se como pobres as pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos foi limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Figura 15 - Proporção de pobres em mesorregiões brasileiras selecionadas (1991 e 2000)



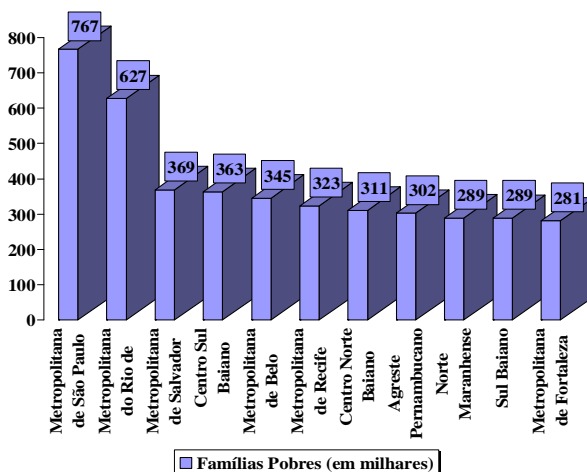
Fonte: IPEADADOS. Elaborado pelos autores.

A pobreza se revela semelhante aos demais indicadores anteriormente analisados neste capítulo: o Agreste Pernambucano apresenta valores elevados se comparado às regiões ricas do Brasil e bons resultados entre as pobres. No ano 2000, pouco menos que 60% da população agrestina estava abaixo da linha da pobreza. Neste mesmo período, menos que 10% da população da grande Florianópolis estava nesta mesma situação e mais de 78% no Sudoeste Amazonense. Entre as 42 mesorregiões nordestinas, o Agreste se situa na 14ª colocação entre as mesorregiões que apresentam as menores proporções. Quando comparado em âmbito nacional, o Agreste fica na 101ª colocação entre as 137 mesorregiões.



Quando a comparação é feita em números absolutos, verifica-se que o Agreste Pernambucano possuía, no ano 2000, a oitava maior população pobre do Brasil, com mais de 300 mil famílias vivendo abaixo da linha da pobreza. O maior número de pobres, como não poderia ser diferente, encontrava-se nas mesorregiões mais populosas do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro. O Agreste, entretanto, representava apenas a 21ª mesorregião mais populosa do Brasil e possuía mais pobres que a Região Metropolitana de Fortaleza, por exemplo. Observa-se, portanto, que a pobreza é um sério problema verificado no Agreste. A Figura 16 apresenta esses números por mesorregiões brasileiras selecionadas no ano 2000.

Figura 16 - Número de famílias pobres por mesorregiões brasileiras selecionadas (2000)



Fonte: IPEADADOS. Elaborado pelos autores.

Informações mais recentes mostram o percentual de famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. A Tabela 3 revela esse percentual para algumas importantes mesorregiões brasileiras para o período entre 2006 e 2008.

No ano de 2008, cerca de 54% das famílias agrestinas recebiam o benefício do Bolsa Família, esse percentual corresponde a um total de 275 mil famílias beneficiadas, fazendo do Agreste Pernambucano a mesorregião com o maior número de famílias beneficiadas em Pernambuco, a segunda no Nordeste e a quarta no Brasil. Entre o período de 2006 e 2008, o número de beneficiários cresceu cerca de 2,3 pontos percentuais. Proporcionalmente, entre as 137 mesorregiões brasileiras, o Agreste se situava na 29ª colocação, conforme se verifica na Tabela 3.

Tabela 3 – Mesorregiões selecionadas: Percentual de famílias que são beneficiárias do programa bolsa família ( 2006, 2007 e 2008)

Ranking (2008)	Mesorregiões brasileiras	2006	2007	2008
1 <sup>o</sup>	Sertão Alagoano	67,0	68,9	68,4
2 <sup>o</sup>	Leste Maranhense	66,4	68,9	68,1
3 <sup>o</sup>	Sul de Roraima	50,1	63,2	66,6
4 <sup>o</sup>	Norte Cearense	67,1	67,0	65,7
5 <sup>o</sup>	Sudeste Piauiense	66,5	66,2	65,0
9 <sup>o</sup>	Sertão Pernambucano	63,2	63,7	62,0
27 <sup>o</sup>	Mata Pernambucana	53,8	56,2	55,2
<b>29<sup>o</sup></b>	<b>Agreste Pernambucano</b>	<b>51,4</b>	<b>54,2</b>	<b>53,7</b>
61 <sup>o</sup>	Metropolitana de Recife	28,7	31,6	30,3
40 <sup>o</sup>	São Francisco Pernambucano	52,5	50,9	47,5
126 <sup>o</sup>	Metropolitana de Curitiba	11,5	10,6	9,2
127 <sup>o</sup>	Metropolitana de Porto Alegre	10,8	10,2	9,0
130 <sup>o</sup>	Metropolitana de São Paulo	9,2	8,9	8,3
136 <sup>o</sup>	Vale do Itajaí	5,9	5,7	5,0
137 <sup>o</sup>	Grande Florianópolis	6,2	5,8	4,8

Fonte: IPEADADOS. Elaborado pelos autores.

Apesar de possuir um importante arranjo produtivo e sediar importantes cidades, o Agreste Pernambucano apresenta um expressivo e preocupante número de pobres. Esses números são verificados pela elevada proporção de pobres, pelo número de famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza e beneficiárias do programa bolsa família do governo federal. Esses indicadores devem balizar estudos e políticas públicas que mitiguem tais indicadores.

## VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infraestrutura social de uma região fala muito sobre o seu *status* de desenvolvimento. As condições de saúde, educação, oferta de serviços básicos como água, luz e esgoto, segurança pública, cultura, lazer e entretenimento de uma região, sintetizam e se correlacionam com outras tantas características fundamentais do desenvolvimento social.

O Agreste Pernambucano apresenta uma infraestrutura social típica das mesorregiões nordestinas. Em geral, seus indicadores não estão entre os melhores do Brasil, entretanto, não se situam entre os piores. Comparativamente às mesorregiões que se encontram no interior do Nordeste, apresenta indicadores relativamente bons. Tais constatações são importantes para se ter uma boa percepção do que o Agreste Pernambucano representa em termos de infraestrutura social e o quanto precisa avançar para poder oferecer maior cidadania e bem estar.

O Agreste Pernambucano, conforme se verificou neste trabalho, apresenta-se com alguns bons indicadores se comparado a outras mesorregiões pernambucanas ou do Norte e Nordeste do Brasil, entretanto, fica muito aquém das regiões ricas do Brasil. Políticas que mitigam as diferenças regionais no Brasil são fundamentais para diminuir tais disparidades, entretanto, cada região e cada município devem procurar

mecanismos próprios de desenvolvimento enquanto os resultados de tais políticas regionais não chegam.

O Agreste precisa ainda estar atento aos recentes avanços verificados no estado de Pernambuco e mais fortemente na Região Metropolitana do Recife, deve se aproveitar de efeitos de transbordamento e externalidades desses investimentos. A proximidade com a capital do estado pode ser um grande trunfo neste aspecto.

Por fim, pode-se dizer que o Agreste Pernambucano tem muito a crescer em sua infraestrutura social e econômica se quiser alcançar maior patamar de desenvolvimento. Para isso, políticas públicas podem ser executadas de maneira eficiente, aumentando o bem estar de seus residentes e fazendo do Agreste um modelo para o restante do Nordeste brasileiro.

## REFERÊNCIAS

CHECCHI, Daniele. *The economics of education: human capital, family background and Inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DATASUS. Indicadores e dados básicos. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/matriz.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

FÓRUM DOS MUSEUS DE PERNAMBUCO. *Circuito dos Museus*. Disponível em: <http://www.forumdosmuseusdepernambuco.com.br> Vários acessos, 2010.

MEC – Ministério da Educação. *Índice de desenvolvimento da educação básica*. <http://www.portal.mec.gov.br>. Vários acessos, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. ICMS socioambiental: a experiência do Estado de Pernambuco. Recife: SECTMA, 2006.

SAMPAIO, Yony (Org.). *A economia de Pernambuco: um estudo das transformações recentes*. Recife: Editora da UFPE, 1975.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato. *Pobreza rural na população rural nordestina: análise de suas características durante os anos noventa*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

\_\_\_\_\_ e Yony SAMPAIO. Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil. Problemas del desarrollo – *Revista latinoamericana de economia*, Vol 41, No 163, 2011.

UNDP (United Nations Development Programme). *Human Development Report 2009 - Overcoming barriers: Human mobility and development*. Publicado por United Nations Development Programme, 2009.